

NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Passo a Passo

© 2021 Editora Fórum Ltda.
2023 2ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

B624n Bittencourt, Sidney

Nova Lei de Licitações passo a passo: comentando artigo por artigo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 / Sidney Bittencourt. 2. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2023.

1044p.: 17x24cm

ISBN: 978-65-5518-468-6

1. Direito Administrativo. 2. Administração Pública. 3. Compras Públicas. 4. Contratos Administrativos. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITTENCOURT, Sidney. Nova Lei de Licitações passo a passo: comentando artigo por artigo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 1044 p. ISBN 978-65-5518-468-6.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Sergio de Andréa Ferreira	53
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO	57
NOTA DO AUTOR	59
APRESENTAÇÃO	
Ivan Barbosa Rigolin	63

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Lei de Licitações e Contratos Administrativos
(DOU de 1º.4.2021 – Edição extra-F)

<i>Ementa</i>	
1	Competência legislativa..... 65
2	O termo “licitação”..... 68
2.1	Evolução histórica da licitação
	69
3	Os contratos celebrados pela Administração Pública..... 70
3.1	O contrato..... 70
3.2	Contratos da Administração
	71
3.2.1	Subdivisão dos Contratos da Administração..... 71
3.2.1.1	Contratos privados celebrados pela Administração Pública
	72
3.2.1.2	Contratos Administrativos..... 72
3.2.1.3	Os contratos na Nova Lei nº 14.133/2021
	72
4	Histórico da Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações..... 73
Artigo 1º	
1	Natureza jurídica da licitação e do contrato administrativo..... 75
2	As normas gerais..... 75
3	A licitação e o contrato administrativo..... 76
<i>Inciso I</i>	
4	Regras extensíveis aos três Poderes
	77
<i>Inciso II</i>	
5	Os fundos especiais..... 77
<i>Parágrafo 1º</i>	
6	Não subordinação ao regime da Nova Lei
	78
6.1	As empresas públicas que exploram atividades econômicas..... 78

1.2	Contratado e licitante (Incs. VIII e IX)	137
1.3	Compra (Inc. X).....	139
1.4	Serviço e Obra (Incs. XI e XII).....	139
1.5	Estudo Técnico Preliminar (Inc. XX).....	140
1.6	Obras, serviços e fornecimentos de grande vulto (Inc. XXII)	140
1.7	Termo de Referência (Inc. XXIII)	141
1.8	Anteprojeto (Inc. XXIV)	144
1.9	Projeto básico (Inc. XXV)	144
1.10	Projeto executivo (Inc. XXVI)	146
1.11	Matriz de risco (Inc. XXVII).....	146
1.12	Empreitada e Tarefa (Incs. XXVIII, XXIX, XXX e XXXI)	148
1.12.1	Empreitadas por preço unitário e por preço global.....	150
1.12.2	Empreitada integral.....	150
1.12.3	Tarefa.....	151
1.13	Modalidades de licitação (Incs. XXXVIII, XXXIX, XL, XLI e XLII)	151
1.14	Comissão de contratação (Inc. L).....	153
1.15	Seguro-garantia (Inc. LIV).....	153
1.16	Produtos para pesquisa e desenvolvimento (Inc. LV).....	154
1.17	Agente de contratação (Inc. LX)	155

Artigo 7º

1	Designação de agentes públicos para o desempenho de funções	156
1.1	Preferência a servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração	157
1.2	Ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível...	158
1.3	Não ter vínculos com licitantes ou contratados habituais	159

Parágrafos 1º e 2º

2	Atendimento ao Princípio da Segregação de Funções.....	159
---	--	-----

Artigo 8º e Parágrafo 1º

1	Condução da licitação	161
1.1	Condução da licitação por militares	163

Parágrafo 2º

1.2	Substituição do agente de contratação por uma comissão de contratação	164
-----	---	-----

Parágrafo 3º

1.3	Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno	164
-----	---	-----

Parágrafo 4º

1.4	Contratação de assessoria de empresa ou profissional especializado	165
-----	--	-----

Parágrafo 5º

1.5	Designação do agente como pregoeiro	165
-----	---	-----

Artigo 9º e Inciso I

1	Vedação a cláusulas discriminatórias.....	166
---	---	-----

<i>Inciso II</i>		
1.1	Vedação a tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e estrangeiras	168
<i>Inciso III</i>		
1.2	Vedação à resistência e retardamento injustificados ao andamento dos processos licitatórios.....	170
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Vedação à participação de agente público.....	170
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Extensão das vedações a terceiros.....	171
Artigo 10 e parágrafos 1º e 2º		
1	Representação judicial ou extrajudicial.....	172
Artigo 11		
1	Objetivos da licitação	173
<i>Inciso I</i>		
1.1	Garantia da seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública	174
<i>Inciso II</i>		
1.2	Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição	175
1.2.1	Garantir tratamento isonômico entre os licitantes	175
1.2.2	Manter a justa competição.....	175
<i>Inciso III</i>		
1.3	Impedir contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.....	176
1.3.1	Sobrepreço e superfaturamento	176
1.3.2	Afastar contratações com preços manifestamente inexequíveis	178
1.4	Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável	179
1.4.1	Estimular a inovação.....	179
1.4.2	Promover o desenvolvimento nacional sustentável	180
<i>Parágrafo único</i>		
2	Governança nas contratações públicas.....	182
Artigo 12		
1	Informações do processo licitatório.....	184
<i>Inciso I</i>		
1.1	Produção de documentos por escrito, com data e local e assinatura dos responsáveis... ..	185
<i>Inciso II</i>		
1.2	Valores em moeda corrente nacional	186
<i>Inciso III</i>		
1.3	Afastamento do formalismo exagerado.....	186

<i>Inciso II</i>		
1.2	Termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo	235
<i>Inciso III</i>		
1.3	Condições de execução e pagamento, das garantias e das condições de recebimento ...	237
<i>Incisos IV e XI</i>		
1.4	Orçamento estimado	238
<i>Incisos V, VI e IX</i>		
1.5	Edital de licitação e minuta do contrato	240
<i>Inciso VII</i>		
1.6	Regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia	241
<i>Inciso VIII</i>		
1.7	Modalidades de licitação, critérios de julgamento e modos de disputa.....	241
<i>Inciso X</i>		
1.8	Análise dos riscos	242
Artigo 19		
1	Ferramentas para auxílio às atividades de licitações e contratos	243
Artigo 20		
1	Obrigatoriedade de os itens de consumo serem de qualidade comum	246
Artigo 21		
1	Audiência pública sobre uma licitação	250
<i>Parágrafo único</i>		
2	Consulta Pública sobre uma licitação	251
Artigo 22		
1	Matriz de alocação de riscos no edital licitatório	252
Artigo 23 e Parágrafo 1º		
1	Estimativa prévia de preço	256
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Estimativa de preço na aquisição de bens e contratação de serviços em geral	257
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Estimativa de preço para contratação de obras e serviços de engenharia	259
3.1	Os Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas (BDI)	260
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Parâmetros nas contratações realizadas por entes federativos sem recursos da União	263
<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Estimativa de valor nas contratações diretas	264

Parágrafos 5º e 6º

6	Estimativa de valor em licitações que adotem regimes de contratação integrada e semi-integrada	265
---	--	-----

Artigo 24

1	O possível caráter sigiloso do valor estimado para a contratação.....	266
---	---	-----

Artigo 25 e Parágrafos 1º, 2º e 3º

1	Conteúdo do edital licitatório.....	269
---	-------------------------------------	-----

Parágrafo 4º

2	Previsão da obrigatoriedade de implantação de programa de integridade.....	270
---	--	-----

Parágrafos 5º e 6º

3	Previsão no edital da responsabilidade pelo licenciamento ambiental e prioridade de tramitação	272
3.1	A possibilidade de previsão da obtenção de licenciamento ambiental pelo contratado...	273
3.2	Prioridade nos licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados...	274

Parágrafo 7º

4	Obrigatória previsão de Reajustamento de Preços	274
---	---	-----

Parágrafo 8º

5	Reajustamento nas licitações de serviços contínuos.....	276
---	---	-----

Parágrafo 9º

6	Possibilidade do edital exigir a contratação de mulher vítima de violência doméstica e egresso do sistema prisional	281
---	---	-----

Artigo 26

1	As margens de preferência.....	284
---	--------------------------------	-----

Incisos I e II

1.1	As margens de preferências e suas bases	286
-----	---	-----

Parágrafos 1º e 2º

2	Percentuais das margens de preferência	288
---	--	-----

Parágrafo 5º

3	Exclusão da aplicação das preferências	288
---	--	-----

Parágrafo 6º

4	Medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento	288
---	---	-----

Parágrafo 7º

5	Contratações estratégicas em Tecnologia de Informação e Comunicação	290
---	---	-----

Artigo 27

1	Divulgação em sítio eletrônico	292
---	--------------------------------------	-----

<i>Inciso III</i>	
1.3	A determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas..... 343
<i>Inciso IV</i>	
1.4	As condições de guarda e armazenamento..... 344
<i>Inciso V e Parágrafos 2º e 3º</i>	
1.5	Os princípios..... 344
1.5.1	Princípio da padronização..... 345
1.5.2	Princípio do parcelamento..... 345
1.5.3	Princípio da responsabilidade fiscal..... 347
<i>Parágrafos 1º e 4º</i>	
2	Informações do termo de referência 348
Artigo 41 e Parágrafo único	
1	Indicação excepcional de marcas ou modelos 350
1.1	Marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor 352
1.2	Exigência excepcional de amostra ou prova de conceito..... 352
1.3	A carta de solidariedade emitida pelo fabricante 352
Artigo 42	
1	A prova de qualidade do produto..... 355
<i>Inciso I</i>	
1.1	A comprovação de que o produto esteja de acordo com as normas técnicas..... 357
<i>Inciso II</i>	
1.2	Declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão 357
<i>Inciso III</i>	
1.3	A certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação 358
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Exigência de aceitabilidade da proposta 359
<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
3	A possibilidade de exigência de amostras e da apresentação de protótipos 360
Artigo 43 e parágrafo 1º	
1	O processo de padronização dos produtos 362
<i>Parágrafo 2º</i>	
2	A contratação de soluções baseadas em software de uso disseminado 363
Artigo 44	
1	Decisão entre comprar ou alugar um bem 365
Artigo 45	
1	Normas ambientais a serem respeitadas nas obras e serviços de engenharia..... 366

Artigo 46

1	Regimes na execução indireta de obras e serviços de engenharia	371
1.1	Empreitada e tarefa	372
1.2	Empreitadas por preço unitário e por preço global.....	373
1.3	Empreitada integral.....	373
1.4	Tarefa.....	374
1.5	Contratação integrada e contratação semi-integrada	375
1.6	Fornecimento e prestação de serviço associado.....	376

Parágrafo 1º

2	Vedação à realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo.....	376
---	---	-----

Parágrafo 2º

3	Dispensa da elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada.....	377
---	--	-----

Parágrafo 3º

4	Submissão do projeto básico à Administração	378
---	---	-----

Parágrafo 4º

5	Previsão da efetivação de desapropriação na contratação integrada e na semi-integrada	378
---	---	-----

Parágrafo 5º

6	Possibilidade de alteração do projeto básico na contratação semi-integrada	379
---	--	-----

Parágrafo 6º

7	Aprovação de cada etapa de execução.....	379
---	--	-----

Parágrafo 9º

8	Obrigatoriedade do uso do preço global	379
---	--	-----

Artigo 47

1	Princípios nas licitações de serviços	380
1.1	Princípio da padronização.....	380
1.2	Princípio do parcelamento.....	381

Parágrafo 2º

2	Exigência de unidade de prestação de serviços em distância compatível	382
---	---	-----

Artigo 48

1	Terceirização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares.....	383
---	--	-----

Parágrafo único

2	Vedação ao contratado de contratar cônjuge, companheiro ou parente	388
---	--	-----

Artigo 49 e Parágrafo único

1	Permissão para contratar mais de uma empresa para o mesmo serviço.....	389
1.1	A economia de escala	389

Artigo 50

1	Comprovações nos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.....	391
---	---	-----

Parágrafo 5º

2	Garantia adicional nas contratações de obras e serviços de engenharia	431
---	---	-----

Artigo 60 e Parágrafo 2º

1	Elenco de critérios para o desempate nas licitações	433
---	---	-----

Inciso I

1.1	Primeiro critério – Apresentação de novas propostas pelos licitantes empatados	434
-----	--	-----

Inciso II

1.2	Segundo critério – Avaliação do desempenho contratual prévio	434
-----	--	-----

Inciso III

1.3	Terceiro critério – Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no trabalho	435
-----	--	-----

Inciso IV

1.4	Quarto critério – Desenvolvimento de programa de integridade	435
-----	--	-----

Parágrafo 1º

2	Regras de preferência na manutenção do empate	436
---	---	-----

Artigo 61 e Parágrafos 1º e 2º

1	Negociação de condições mais vantajosas	438
---	---	-----

Artigo 62

1	A fase de habilitação	440
---	-----------------------------	-----

Artigo 63

1	Disposições a serem observadas na fase de habilitação	441
---	---	-----

Inciso I

2	Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.....	442
---	--	-----

Inciso II

3	Apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor	443
---	---	-----

Inciso III

4	Demonstração de regularidade fiscal apenas do mais bem classificado	444
---	---	-----

Inciso IV

5	Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado	444
---	--	-----

Parágrafo 1º

6	Propostas que compreendam os custos que atendam aos direitos trabalhistas.....	445
---	--	-----

Parágrafo 2º, 3º e 4º

7	Atestado de conhecimento do local e das condições de realização do objeto	446
---	---	-----

Artigo 64

1	Impossibilidade de substituição ou apresentação de novos documentos.....	448
---	--	-----

Parágrafo 1º

2	Responsabilidade do agente de contratação para sanar erros ou falhas.....	451
---	---	-----

Parágrafo 2º

3	Não exclusão do licitante por motivo habilitatório quando já encerrada a fase habilitatória.....	451
---	--	-----

Artigo 65 e Parágrafo 1º

1	Condições de habilitação e as exigências para empresas recém criadas.....	452
---	---	-----

Parágrafo 2º

2	Possibilidade da habilitação ocorrer por processo eletrônico.....	453
---	---	-----

Artigo 66

1	A habilitação jurídica.....	454
1.1	A questão da habilitação de empresas em recuperação judicial.....	454
1.2	A habilitação das cooperativas.....	456

Artigo 67

1	As peculiaridades inerentes à qualificação técnica	460
2	Requisitos para a demonstração da capacidade técnica.....	460

Inciso I

3	Registro na entidade profissional.....	462
---	--	-----

Inciso II

4	Comprovação de aptidão de capacidade operacional.....	463
---	---	-----

Inciso III

5	Disponibilidade de pessoal técnico, de instalações e de aparelhamento adequados	463
---	--	-----

Inciso IV

6	Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial	464
---	--	-----

Inciso V

7	Registro ou inscrição na entidade profissional competente	464
---	---	-----

Inciso VI

8	Declaração de conhecimento de todas as informações e das condições locais	465
---	---	-----

Parágrafos 1º e 2º

9	Limites à exigência de capacidade técnica	465
---	---	-----

Parágrafos 3º a 9º

10	Regras de atesto da capacidade técnica jungidas a situações específicas	466
10.1	Substituição por outras provas (§3º)	466
10.2	Atestados emitidos por estrangeiros (§4º).....	466
10.3	Atestados de serviços similares na contratação de serviços contínuos (§5º).....	468
10.4	Obrigatoriedade dos profissionais participarem da obra ou serviço (§6º).....	469
10.5	Inscrição de empresas estrangeiras em entidade profissional competente (§7º).....	470
10.6	Exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante (§8º)	470

1.2.5	Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária	514
1.2.6	Razão da escolha do contratado.....	515
1.2.7	Justificativa de preço.....	515
1.2.8	Autorização da autoridade competente.....	517

Parágrafo único

2	Divulgação da contratação direta	518
---	--	-----

Artigo 73

1	Contratação direta com dolo, fraude ou erro grosseiro.....	519
---	--	-----

Artigo 74

1	Licitação inexigível.....	521
---	---------------------------	-----

Inciso I e Parágrafo 1º

1.1	Fornecedor exclusivo.....	524
1.1.1	Exclusividade do fornecedor	526

Inciso II e Parágrafo 2º

1.2	Contratação de profissional do setor artístico.....	526
-----	---	-----

Inciso III e Parágrafos 3º e 4º

1.3	Contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual de notória especialização.....	530
1.3.1	A identificação da notória especialização.....	530
1.3.2	A necessidade de “confiança” no profissional.....	531
1.3.3	A questão do elenco taxativo do inciso.....	533
1.3.4	A questão da inscrição de servidores em cursos de treinamento	533
1.3.5	A questão da contratação de serviços advocatícios	534

Inciso IV

1.4	Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.....	537
-----	---	-----

Inciso V e Parágrafo 5º

1.5	Aquisição ou locação de imóvel cujas características tornem necessária a sua escolha... 538	
1.5.1	A questão da existência de vários imóveis com as mesmas características.....	540
1.5.2	Contratação direta no caso de imóveis com pendências de acabamento	541
1.5.3	Contratação direta de locação sob medida (<i>built to suit</i>).....	541

Artigo 75

1	A licitação dispensável.....	547
1.1	Hipóteses de licitação dispensável.....	548

Incisos I e II e Parágrafos 1º, 3º, 4º e 7º

1.1.1	Obras, serviços de engenharia, serviços de manutenção de veículos automotores, outros serviços e compras de pequeno valor	549
1.1.1.1	Regime especial para consórcios públicos, autarquias e fundações qualificadas como agências executivas (Parágrafo 2º)	551
1.1.1.1.1	Consórcios públicos	552
1.1.1.1.2	Agências executivas	552

1.1.1.2	Dispensa de licitação na forma eletrônica.....	553
<i>Inciso III</i>		
1.2	Licitações desertas ou frustradas	562
<i>Inciso IV</i>		
1.3	Contratações de objetos específicos	564
<i>Alínea 'a'</i>		
1.3.1	Aquisição de bens para manutenção durante o período de garantia técnica.....	565
<i>Alínea 'b'</i>		
1.3.2	Aquisição nos termos de acordo internacional	567
<i>Alínea 'c' e Parágrafo 5º</i>		
1.3.3	Dispensa de licitação nas contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento	571
<i>Alínea 'd'</i>		
1.3.4	Transferência de tecnologia.....	572
<i>Alínea 'e'</i>		
1.3.5	Aquisição de perecíveis	574
1.3.5.1	O gênero perecível.....	575
1.3.5.2	A questão do preço do dia.....	576
<i>Alínea 'f'</i>		
1.3.6	Bens ou serviços produzidos ou prestados no País de alta tecnologia e defesa nacional.....	576
<i>Alínea 'g'</i>		
1.3.7	Manutenção da padronização de materiais de uso militar.....	577
1.3.7.1	A padronização	578
<i>Alínea 'h'</i>		
1.3.8	Atendimento de militares em operações de paz no exterior.....	579
<i>Alínea 'i'</i>		
1.3.9	Contratações para abastecimentos militares em estado de operação.....	579
<i>Alínea 'j'</i>		
1.3.10	Coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis	580
<i>Alínea 'k'</i>		
1.3.11	Aquisição ou restauração de obras de arte.....	582
1.3.11.1	Obras de arte ou objetos históricos.....	583
1.3.11.2	Compatibilidade com as finalidades do ente contratante	583
<i>Alínea 'l'</i>		
1.3.12	Serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas.....	584

<i>Alínea 'g'</i>	
2.7	Dispensa para Alienação de Imóveis por intermédio de alienação de bens imóveis para uso comercial 643
<i>Alínea 'h'</i>	
2.8	Dispensa para Alienação de terras públicas rurais da União e do Incria, para fins de regularização fundiária 644
<i>Alínea 'i'</i>	
2.9	Dispensa para Alienação de Imóveis por intermédio de procedimentos de legitimação de posse 644
<i>Alínea 'j'</i>	
2.10	Legitimação fundiária e legitimação de posse de que trata a Lei nº 13.465/2017..... 645
<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	
2.11	Dispensa na concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóvel ... 646
<i>Inciso I do Parágrafo 3º</i>	
2.11.1	Dispensa para a concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis quando destinar-se a entes da Administração..... 647
<i>Inciso II do Parágrafo 3º</i>	
2.11.2	Dispensa para a concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis a pessoa natural..... 647
<i>Inciso II do Artigo 76</i>	
3	Alienação de bens móveis..... 648
<i>Alínea 'a'</i>	
3.1	Doação..... 649
<i>Alínea 'b'</i>	
3.2	Permuta..... 650
<i>Alínea 'c'</i>	
3.3	Venda de ações..... 651
<i>Alínea 'd'</i>	
3.4	Venda de títulos..... 652
<i>Alínea 'e'</i>	
3.5	Venda de bens produzidos ou comercializados pela Administração Pública..... 653
<i>Alínea 'f'</i>	
3.6	Venda de materiais sem utilização previsível para outros órgãos ou entidades da Administração..... 653
Artigo 77	
1	Direito de preferência 655
Artigo 78	
1	Procedimentos auxiliares nas licitações 656

<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Critérios e julgamento 657
Artigo 79	
1	Credenciamento 658
<i>Parágrafo único</i>	
2	Regulamentação do credenciamento 663
Artigo 80	
1	Pré-qualificação 665
2	Condutas na Pré-qualificação 666
<i>Parágrafo 1º</i>	
2.1	Regras a serem observadas 666
<i>Parágrafo 2º</i>	
2.2	Pré-qualificação aberta permanentemente 666
<i>Parágrafo 3º</i>	
2.3	Exigências do edital de pré-qualificação 667
<i>Parágrafo 4º</i>	
2.4	Apresentação da documentação 667
<i>Parágrafos 5º, 6º e 7º</i>	
2.5	Regras da pré-qualificação 667
<i>Parágrafos 8º e 9º</i>	
2.6	Prazo de validade da pré-qualificação e de divulgação 667
<i>Parágrafo 10</i>	
2.7	Licitação restrita a pré-qualificados 668
Artigo 81	
1	O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) 671
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
1.1	Publicização dos estudos e projetos e decorrências da feitura do trabalho 672
<i>Parágrafo 3º</i>	
1.2	Parecer da Administração para aceitação dos produtos e serviços 673
<i>Parágrafo 4º</i>	
1.3	PMI restrito a startups 673
Artigo 82	
1	Sistema de Registro de Preços (SRP) 677
1.1	O edital de licitação para o SRP 680
<i>Inciso I e Parágrafos 3º e 4º</i>	
1.2	Especificidades e objeto, com indicação da quantidade máxima de itens 681

<i>- Inciso II</i>		
1.3	Quantidade mínima a ser cotada.....	682
<i>Inciso III</i>		
1.4	Possibilidade de previsão de preços diferentes.....	683
<i>Inciso IV</i>		
1.5	Oferecimento ou não de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto.....	683
<i>Inciso V</i>		
1.6	CrITÉRIOS de julgamento nas licitações de registro de preços.....	683
<i>Inciso VI</i>		
1.7	Alterações dos preços registrados.....	686
<i>Inciso VII</i>		
1.8	Registro de mais de um fornecedor.....	690
<i>Inciso VIII</i>		
1.9	Proibição da participação em mais de uma Ata de Registro de Preços.....	690
<i>Inciso IX</i>		
1.10	Hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços.....	691
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Utilização do critério de julgamento por grupo de itens.....	691
<i>Parágrafo 5º</i>		
3	Condições para o uso do SRP.....	693
<i>Parágrafo 6º</i>		
4	Contratação direta para registro de preços nas contratações feitas por mais de um órgão ou entidade.....	694
Artigo 83		
1	Não obrigação da Administração contratar.....	695
Artigo 84		
1	Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.....	696
<i>Parágrafo único</i>		
2	Prazo do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços.....	696
Artigo 85		
1	Sistema de Registro de Preços na execução de obras e serviços de engenharia.....	697
Artigo 86 e parágrafo 1º		
1	A Intenção de Registro de Preços (IRP).....	700
<i>Parágrafo 2º</i>		
2	A adesão (“carona”) à Ata de Registro de Preços.....	702

Parágrafos 3º a 8º

3	Limites às adesões às Atas de Registro de Preços.....	704
---	---	-----

Artigo 87

1	Sistema de registro cadastral unificado.....	706
---	--	-----

Parágrafos 1º a 4º

1.1	Regras para o Sistema Nacional de Cadastramento	707
-----	---	-----

Artigo 88

1	Regras para inscrição no cadastro.....	708
---	--	-----

Parágrafos 1º e 2º

2	Cadastramento por categorias e certificado	709
---	--	-----

Parágrafos 3º e 4º

3	Anotações cadastrais.....	709
---	---------------------------	-----

Parágrafo 5º

4	Modificações no cadastro.....	710
---	-------------------------------	-----

Parágrafo 6º

5	Atraso na entrega do certificado de cadastro.....	711
---	---	-----

Artigo 89

1	O contrato.....	712
---	-----------------	-----

1.1	O contrato e o Estado	713
-----	-----------------------------	-----

1.2	Contratos da Administração	713
-----	----------------------------------	-----

1.3	Subdivisão dos contratos da Administração.....	714
-----	--	-----

1.3.1	Contratos privados celebrados pela Administração Pública	714
-------	--	-----

1.3.2	Contratos administrativos.....	714
-------	--------------------------------	-----

1.3.2.1	Sujeitos do contrato administrativo.....	715
---------	--	-----

1.3.2.2	Características do contrato administrativo.....	715
---------	---	-----

Parágrafo 1º e 2º

2	As cláusulas contratuais	715
---	--------------------------------	-----

2.1	Contratos oriundos de contratação direta	716
-----	--	-----

2.2	Os “contratos guarda-chuva”	716
-----	-----------------------------------	-----

Artigo 90

1	Convocação do vencedor da licitação (adjudicatário).....	719
---	--	-----

Parágrafo 1º

2	Prorrogação do prazo de contratação	719
---	---	-----

Parágrafo 2º

3	Convocação de demais licitantes.....	719
---	--------------------------------------	-----

Parágrafo 3º

4	Prazo de validade da proposta.....	720
---	------------------------------------	-----

<i>Parágrafo 4º</i>		
5	Possibilidade de negociação	720
<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato	721
<i>Parágrafo 6º</i>		
7	Não aplicação aos demais licitantes convocados	721
<i>Parágrafo 7º</i>		
8	Convocação para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento.....	722
Artigo 91 caput e Parágrafos 1º e 2º		
1	Formalização do contrato administrativo	723
<i>Parágrafo 3º</i>		
2	Contrato na forma eletrônica	724
<i>Parágrafo 4º</i>		
3	Providências anteriores à celebração do contrato ou de termos aditivos prorroga t órios.....	724
Artigo 92 e Incisos I a XIX		
1	Cláusulas necessárias.....	728
<i>Inciso I</i>		
1.1	Objeto do contrato	729
<i>Inciso II</i>		
1.2	Vinculação ao edital e à proposta	729
<i>Inciso III</i>		
1.3	Legislação aplicável.....	729
<i>Inciso IV</i>		
1.4	Regime de execução ou forma de fornecimento	730
1.4.1	Regimes de execução.....	730
1.4.2	Formas de fornecimento	731
<i>Inciso V</i>		
1.5	Preço do contrato, condições de pagamento e reajustamento.....	731
1.5.1	Reajustamento de preços	731
1.5.2	Atualização monetária.....	733
1.5.3	Das regras para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos.....	733
<i>Inciso VI</i>		
1.6	Cr ^{it} érios e periodicidade da medição e prazo para liquidação e pagamento.....	735
<i>Inciso VII</i>		
1.7	Prazos contratuais	735

<i>Inciso VIII</i>	
1.8	Especificação dos recursos orçamentários 736
<i>Inciso IX</i>	
1.9	Matriz de risco 736
<i>Inciso X</i>	
1.10	Prazo para resposta a pedido de repactuação de preços..... 737
<i>Inciso XI</i>	
1.11	Prazo para resposta a pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro 742
<i>Inciso XII</i>	
1.12	Garantias contratuais..... 743
<i>Inciso XIII</i>	
1.13	Garantia do objeto..... 744
<i>Inciso XIV</i>	
1.14	Direitos, responsabilidades, penalidades e valores das multas..... 744
1.14.1	Direitos e responsabilidades 744
1.14.2	Penalidades e multas..... 744
<i>Inciso XV</i>	
1.15	Condições de importação de bens..... 744
<i>Inciso XVI</i>	
1.16	Manutenção das condições de habilitação 745
<i>Inciso XVII</i>	
1.17	Reserva de cargos para pessoa com deficiência..... 745
<i>Inciso XVIII</i>	
1.18	Modelo de gestão do contrato..... 745
<i>Inciso XIX</i>	
1.19	Hipóteses de extinção contratual 745
<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Declaração como competente o foro da sede da Administração 746
<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Cláusula prevendo período para verificação de pendências 747
<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Cláusula de reajustamento independentemente do prazo de duração..... 747
<i>Parágrafos 4º e 6º</i>	
5	Reajustamento nos contratos de serviços contínuos..... 747

<i>Parágrafo 5º</i>		
6	Medição mensal nos contratos de obras e serviços de engenharia	749
Artigo 93 e Parágrafo 3º		
1	Cessão de direitos patrimoniais	751
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Obra imaterial de caráter tecnológico.....	752
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Dispensa da exigência de cessão de direitos patrimoniais	753
Artigo 94		
1	Divulgação dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	754
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Divulgação dos contratos celebrados em caso de urgência.....	755
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Divulgação dos contratos celebrados por inexigibilidade com profissional do setor artístico.....	755
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Publicização dos contratos de obras	756
Artigo 95		
1	Obrigatoriedade de celebração de contrato	757
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Os documentos substitutivos do contrato	758
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Nulidade do contrato verbal.....	759
Artigo 96		
1	A prestação de garantia pelo contratado	761
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Modalidades de garantia	762
<i>Inciso I</i>		
2.1	Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública	762
<i>Inciso II</i>		
2.2	O seguro-garantia	764
<i>Inciso III</i>		
2.3	Fiança bancária.....	765
2.4	Garantia de bens ou pessoas	765
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Suspensão do contrato por ordem da Administração	765

Parágrafo 3º

4	Prazo para a prestação da garantia	765
---	--	-----

Artigo 97

1	Regras para o seguro-garantia	767
---	-------------------------------------	-----

Parágrafo único

2	Seguro-garantia nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços	768
---	---	-----

Artigo 98 e Parágrafo 1º

1	Limites da garantia.....	769
---	--------------------------	-----

Artigo 99

1	Seguro-garantia nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto	770
---	--	-----

Artigo 100

1	Devolução da garantia	772
---	-----------------------------	-----

Artigo 101

1	Garantia nos contratos que importem na entrega de bens pela Administração	773
---	---	-----

Artigo 102

1	A cláusula de retomada	774
---	------------------------------	-----

Parágrafo único

2	Disposições para o caso de inadimplemento do contratado	775
---	---	-----

Artigo 103 e Parágrafos 1º a 3º

1	A alocação de riscos nos contratos.....	776
---	---	-----

Parágrafos 4º e 5º

2	Definição do equilíbrio econômico-financeiro.....	779
---	---	-----

Parágrafo 6º

3	Adoção de métodos usualmente utilizados	780
---	---	-----

Artigo 104

1	Prerrogativas conferidas à Administração Pública	781
---	--	-----

Inciso I

1.1	Modificação unilateral do contrato administrativo.....	782
-----	--	-----

Inciso II

1.2	Extinção unilateral do contrato administrativo.....	782
-----	---	-----

Inciso III

1.3	Fiscalização da execução do contrato administrativo	783
-----	---	-----

Inciso IV

1.4	Aplicação de penalidades pela inexecução do contrato administrativo.....	783
-----	--	-----

Inciso V

1.5	Ocupação provisória de instalações	784
-----	--	-----

Parágrafo 1º

2	Inalterabilidade das cláusulas econômico-financeiras e monetárias	784
---	---	-----

Parágrafo 2º

3	Revisão das cláusulas econômico-financeiras no caso de modificação unilateral.....	785
---	--	-----

Artigo 105

1	Duração dos contratos.....	786
---	----------------------------	-----

Artigo 106 e Parágrafos 1º e 2º

1	Duração dos serviços e fornecimentos contínuos.....	788
---	---	-----

Artigo 107

1	Prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.....	791
---	--	-----

Artigo 108

1	Contratos com duração de até dez anos.....	793
---	--	-----

Artigo 109

1	Contrato com prazo indeterminado.....	795
---	---------------------------------------	-----

Artigo 110 e Incisos I e II

1	Prazos de duração dos contratos geradores de receita e de eficiência.....	796
---	---	-----

Artigo 111 e Parágrafo único

1	Prorrogação do prazo na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido...	798
---	---	-----

Artigo 112

1	Prazos contratuais previstos em lei especial.....	799
---	---	-----

Artigo 113

1	Contrato firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado.....	800
---	---	-----

Artigo 114

1	Contratos de operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação	801
---	--	-----

Artigo 115

1	Obrigatoriedade da fiel execução do contrato.....	802
---	---	-----

Parágrafos 1º e 5º

2	Proibição do retardamento imotivado de obra ou serviço	803
---	--	-----

Parágrafo 4º

3	Obtenção da manifestação prévia ou licença prévia	804
---	---	-----

Parágrafos 6º e 7º

4	Divulgação do retardamento motivado de obra ou serviço.....	804
---	---	-----

Artigo 116

1	Manutenção da reserva de cargos para pessoa com deficiência	805
---	---	-----

Artigo 117

1	A fiscalização do contrato	806
---	----------------------------------	-----

Parágrafo 1º

2	Tarefas e responsabilidades do fiscal	808
---	---	-----

Parágrafo 2º

3	Decisões que ultrapassem a competência do fiscal.....	809
---	---	-----

Parágrafo 3º

4	Apoio ao fiscal	809
---	-----------------------	-----

Parágrafo 4º

5	Regras para a contratação de terceiros	810
---	--	-----

Artigo 118

1	Manutenção de preposto por parte da contratada	811
---	--	-----

Artigo 119

1	Defeitos na execução do objeto	813
---	--------------------------------------	-----

Artigo 120

1	Responsabilização do contratado por danos	815
---	---	-----

Artigo 121

1	Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ...	816
---	---	-----

Parágrafo 1º

2	Não transferência da responsabilidade para a Administração	817
---	--	-----

2.1	A responsabilidade trabalhista	817
-----	--------------------------------------	-----

Parágrafo 2º

3	Responsabilidade solidária pelos encargos previdenciários e subsidiária pelos trabalhistas	821
---	--	-----

Parágrafos 3º e 4º

4	Asseguramento do cumprimento de obrigações trabalhistas	822
---	---	-----

Parágrafo 5º

5	Recolhimento das contribuições previdenciárias	823
---	--	-----

Artigo 122 e Parágrafo 1º

1	Subcontratação.....	824
---	---------------------	-----

1.1	A questão da "cessão do contrato"	825
-----	---	-----

1.2	Exigências para a subcontratação.....	826
-----	---------------------------------------	-----

2	Subcontratação compulsória de microempresas ou empresas de pequeno porte (inciso II do art. 48 da LC nº 123/2006)	826
---	---	-----

Parágrafo 2º

3	Regulamentação específica	827
---	---------------------------------	-----

Parágrafo 3º

4	Vedação de subcontratação de pessoa física ou jurídica	827
---	--	-----

Artigo 123 e Parágrafo único

1	Decisão sobre todas as solicitações e reclamações	829
---	---	-----

Artigo 124

1	Alteração do contrato administrativo	831
---	--	-----

Inciso I

2	Alteração unilateral.....	831
2.1	Alteração do projeto ou especificações.....	831
2.2	Alteração para acréscimo ou diminuição quantitativa	832

Inciso II

3	Alteração por acordo das partes.....	832
---	--------------------------------------	-----

Alínea 'a'

3.1	Substituição da garantia de execução contratual.....	833
-----	--	-----

Alínea 'b'

3.2	Modificação do regime de execução ou fornecimento	833
-----	---	-----

Alínea 'c'

3.3	Modificação da forma de pagamento.....	833
-----	--	-----

Alínea 'd' e Parágrafo 2º

3.4	Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro	834
-----	---	-----

Parágrafo 1º

4	Alterações por falhas de projeto.....	835
---	---------------------------------------	-----

Artigo 125

1	Limitação dos acréscimos ou supressões	836
---	--	-----

Artigo 126

1	Impossibilidade de transfiguração do objeto da contratação.....	837
---	---	-----

Artigo 127

1	Regras para fixação dos preços unitários	838
---	--	-----

Artigo 128

1	Vedação à redução em favor do contratado.....	839
---	---	-----

Artigo 129

1	Indenização do contratado	840
---	---------------------------------	-----

Artigo 130

1	Reequilíbrio em face de alteração unilateral que altere os encargos do contratado	841
---	---	-----

Artigo 131

1	Extinção do contrato em óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro	842
---	---	-----

Artigo 132

1	Formalização do termo aditivo como condição para a execução.....	843
---	--	-----

Artigo 133

1	Vedação de alteração de valores contratuais nas contratações integrada e semi-integrada	844
---	---	-----

Artigo 134

1	Reequilíbrio em função de tributos ou encargos legais	846
---	---	-----

Artigo 135 e parágrafos 1º e 2º

1	Repactuação dos preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	849
---	---	-----

Parágrafos 3º a 6º

2	Regras para a repactuação	850
---	---------------------------------	-----

Artigo 136

1	Utilização de simples apostila	851
---	--------------------------------------	-----

Artigo 137 e Parágrafo 1º

1	Extinção do contrato.....	853
---	---------------------------	-----

Inciso I

1.1	Extinção contratual por descumprimento de normas do edital ou de cláusulas contratuais	855
-----	--	-----

Inciso II

1.2	Extinção contratual por desatendimento de determinações regulares.....	856
-----	--	-----

Inciso III

1.3	Extinção contratual devido à alteração social ou modificação da empresa	856
-----	---	-----

Inciso IV

1.4	Extinção contratual em função de decretação de falência ou insolvência e dissolução da sociedade ou falecimento do contratado	856
-----	---	-----

1.4.1	Decretação de falência ou insolvência	857
-------	---	-----

1.4.2	Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.....	859
-------	---	-----

Inciso V

1.5	Extinção contratual em função de caso fortuito ou de força maior.....	860
-----	---	-----

Inciso VI

1.6	Extinção contratual por não obtenção de licença ambiental	860
-----	---	-----

Inciso VII

1.7	Extinção contratual em função de atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação, à desocupação ou à servidão administrativa	861
-----	--	-----

<i>Inciso VIII</i>		
1.8	Extinção contratual em função de razões de interesse público	862
<i>Inciso IX</i>		
1.9	Extinção contratual por não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos	862
<i>Parágrafo 2º</i>		
2	Direito do contratado de extinção do contrato.....	863
<i>Inciso I</i>		
2.1	Supressão de obras, serviços ou compras por ordem da Administração.....	863
<i>Inciso II</i>		
2.2	Suspensão da execução contratual por ordem da Administração	864
<i>Inciso III</i>		
2.3	Repetidas suspensões da execução contratual por ordem da Administração	864
<i>Inciso IV</i>		
2.4	Atraso no pagamento.....	864
<i>Inciso V</i>		
2.5	Não liberação de área por parte da Administração.....	865
<i>Parágrafo 3º</i>		
3	Regras específicas para os casos de extinção contratual	865
<i>Inciso I</i>		
3.1	Não admissão de extinção do contrato.....	865
<i>Inciso II</i>		
3.2	Asseguramento ao contratado de suspensão	866
<i>Parágrafo 4º</i>		
4	Notificação obrigatória aos emitentes das garantias.....	866
5	Garantia de ampla defesa e contraditório nos casos de rescisão	866
Artigo 138		
1	Modalidades de extinção do contrato administrativo.....	868
<i>Inciso I</i>		
2	Extinção contratual unilateral.....	868
<i>Inciso II</i>		
3	Extinção contratual consensual	869
<i>Inciso III</i>		
4	Extinção contratual por decisão arbitral ou judicial.....	871
4.1	Extinção contratual por decisão arbitral	871
4.2	Extinção contratual pela via judicial.....	874

<i>Parágrafo 1º</i>		
5	Forma escrita	874
<i>Parágrafo 2º</i>		
6	Extinção contratual por culpa exclusiva da Administração	875
Artigo 139		
1	Consequências da extinção	876
<i>Parágrafos 1º e 2º</i>		
2	Afastamento da solução de continuidade	877
Artigo 140 e Parágrafos 1º, 2º e 3º		
1	Recebimento do objeto contratual	879
<i>Parágrafo 4º</i>		
2	Responsabilidade pela qualidade do objeto	880
<i>Parágrafo 5º</i>		
3	Responsabilidade do projetista	880
<i>Parágrafo 6º</i>		
4	Responsabilidade civil	881
Artigo 141 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Ordem cronológica dos pagamentos	883
<i>Parágrafo 3º</i>		
2	Disponibilização da ordem cronológica de pagamentos	884
Artigo 142		
1	Previsão de pagamento em conta vinculada ou pela efetiva comprovação do fato gerador	885
Artigo 143		
1	Pagamento de parcela incontroversa	886
Artigo 144 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Remuneração variável	887
Artigo 145		
1	Proibição de pagamento antecipado	889
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Exceção à regra	889
<i>Parágrafo 2º</i>		
3	Garantia adicional como condição para o pagamento antecipado	890
<i>Parágrafo 3º</i>		
4	Prevenção em face ao pagamento antecipado	891

Artigo 146		
1	Comunicação aos órgãos da administração tributária.....	892
Artigo 147 e Parágrafo único		
1	A declaração de nulidade do contrato	893
Artigo 148 e Parágrafos 1º e 2º		
1	Análise prévia do interesse público na declaração de nulidade.....	896
Artigo 149		
1	O dever de indenizar.....	897
Artigo 150		
1	A caracterização objeto da contratação e a indicação dos créditos orçamentários	899
2	A observação da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	899
Artigo 151 e Parágrafo único		
1	Meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias	901
Artigo 152		
1	Arbitragem de direito e observando o princípio da publicidade	907
Artigo 153		
1	Permissão da adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias por aditamento	908
Artigo 154		
1	A escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas.....	909
Artigo 155		
1	Infrações administrativas.....	910
Artigo 156		
1	Sanções administrativas	916
<i>Inciso I</i>		
1.1	Advertência.....	917
<i>Inciso II</i>		
1.2	Multa	918
<i>Inciso III</i>		
1.3	Impedimento de licitar e contratar	919
<i>Inciso IV</i>		
1.4	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	919
Parágrafo 1º		
2	Estabelecimento de mecanismos para garantir a justiça nas sanções.....	919
Parágrafos 2º a 5º		
3	Correlação das sanções com as infrações	920

Parágrafo 6º

4	Competência para aplicação da sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.....	921
---	---	-----

Parágrafo 7º

5	Aplicação cumulativa de sanções.....	922
---	--------------------------------------	-----

Parágrafo 8º

6	Multa superior ao valor do pagamento devido pela Administração ao contratado	922
---	--	-----

Parágrafo 9º

7	Reparação integral dos danos causados	922
---	---	-----

Artigo 157

1	Defesa no caso de aplicação multa	923
---	---	-----

Artigo 158 e parágrafo 1º

1	Processo de responsabilização no caso das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade	924
---	---	-----

Parágrafos 2º e 3º

2	Processo de responsabilização	925
---	-------------------------------------	-----

Parágrafo 4º

3	Prescrição	925
---	------------------	-----

Artigo 159

1	Apuração e julgamento conjuntos de atos infracionais das leis licitatórias e da Lei Anticorrupção.....	927
---	--	-----

Artigo 160

1	Desconsideração da personalidade jurídica.....	928
---	--	-----

Artigo 161 e Parágrafo único

1	Atualização de dados relativos às sanções aplicadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos	933
---	---	-----

Artigo 162 e Parágrafo único

1	Multa de mora.....	934
---	--------------------	-----

Artigo 163 e Parágrafo Único

1	Reabilitação do licitante ou contratado.....	936
---	--	-----

Artigo 164

1	Impugnação do edital licitatório	938
---	--	-----

Artigo 165

1	O direito de petição	940
---	----------------------------	-----

Inciso I

1.1	Recurso administrativo.....	941
-----	-----------------------------	-----

<i>Inciso II</i>		
1.2	Reconsideração	941
<i>Parágrafo 1º</i>		
2	Recurso administrativo devido em virtude do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação	942
<i>Parágrafos 2º a 5º</i>		
3	Trâmite do recurso	942
Artigo 166 e Parágrafo único		
1	Recurso em face de sanções aplicadas	944
Artigo 167		
1	Pedido de reconsideração pena de declaração de inidoneidade para licitar	945
Artigo 168 e Parágrafo único		
1	Recursos e pedidos de reconsideração terão efeito suspensivo	946
Artigo 169		
1	Controle nas licitações	949
Artigo 170 e Parágrafos 1, 2º e 3º		
1	Conduta dos órgãos de controle	951
<i>Parágrafo 4º</i>		
2	Representação junto aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente.....	952
2.1	O controle interno	952
2.2	O controle externo	953
Artigo 171		
1	Condutas fiscalizatórias.....	958
<i>Parágrafos 1º e 3º</i>		
2	Suspensão cautelar do processo licitatório.....	958
<i>Parágrafos 2º e 4º</i>		
3	Procedimentos do órgão ou entidade ao ser intimado da ordem de suspensão cautelar.....	960
Artigo 173		
1	Capacitação dos servidores e empregados públicos.....	961
Artigo 174 e Incisos I e II		
1	Criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).....	964
<i>Parágrafos 1º a 4º</i>		
2	Normas sobre Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	966
Artigo 175 e Parágrafo 1º		
1	Instituição de sítios eletrônicos próprios pelos entes federativos	969

Parágrafo 2º

2	Divulgação de informações complementares pelos municípios.....	969
Artigo 176 e Parágrafo 1º		
1	Prazo de adaptação para pequenos municípios.....	971
Artigo 177		
1	Alteração do art. 1.º48 do Código de Processo Civil.....	973
Artigo 178		
1	Alteração do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).....	977
2	Art. 337-E – Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.....	978
2.1	Condutas puníveis	978
2.2	Objetividade jurídica	979
2.3	Pena	979
3	Art. 337-F – Frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação.....	979
3.1	Condutas puníveis	980
3.2	Objetividade jurídica	981
3.3	Pena	981
4	Art. 337-G – Patrocinar interesse privado perante a Administração	981
4.1	Conduta punível	982
4.2	Objetividade jurídica	984
4.3	Pena	984
5	Art. 337-H – Permitir qualquer modificação ou vantagem imprópria, em favor do contratado, durante a execução de contrato	984
5.1	Condutas puníveis	985
5.2	Objetividade jurídica	987
5.3	Pena	987
6	Art. 337-I – Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato licitatório	987
6.1	Condutas puníveis	988
6.2	Objetividade jurídica	989
6.3	Pena	989
7	Art. 337-J – Devassar o sigilo de proposta apresentada na licitação ou proporcionar a terceiro a possibilidade de devassá-lo	989
7.1	Condutas puníveis	990
7.2	Objetividade jurídica	990
7.3	Pena	990
8	Art. 337-K – Afastar ou tentar afastar licitante usando violência ou oferecendo vantagem.....	991
8.1	Condutas puníveis	991
8.2	Objetividade jurídica	992
8.3	Pena	993
9	Art. 337-L – Fraudar, com prejuízo para a Administração Pública, licitação instaurada para aquisição de bens ou prestação de serviços.....	993
9.1	Condutas puníveis	993

9.1.1	Entrega ou prestação com qualidade ou em quantidade diversa das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais	993
9.1.2	Fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido	993
9.1.3	Entrega de uma mercadoria por outra	994
9.1.4	Alteração da substância, qualidade ou quantidade	994
9.1.5	Tornar mais onerosa a proposta de preços ou a execução contratual usando fraude ...	994
9.2	Objetividade jurídica	995
9.3	Pena	995
10	Art. 337-M – Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo.....	995
10.1	Condutas puníveis	995
10.2	Objetividade jurídica	995
10.3	Pena	996
11	Art. 337-N – Obstar, impedir ou dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito.....	996
11.1	Condutas puníveis	997
11.2	Objetividade jurídica	998
11.3	Pena	998
12	Art. 337-O – Omitir, modificar ou entregar à Administração levantamento cadastral ou condição de contorno em relevante dissonância com a realidade, em frustração ao caráter competitivo da licitação ou em detrimento da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em contratação para a elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse	998
12.1	Condutas puníveis	999
12.2	Objetividade jurídica	999
12.3	Pena	999
13	Art. 337-P. A pena de multa cominada aos crimes previstos neste Capítulo seguirá a metodologia de cálculo prevista neste Código e não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.....	999

Artigo 179

1	Alteração da Lei de concessões e permissões da prestação de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995)	1000
---	---	------

Artigo 180

1	Alteração da Lei de Parcerias Público-Privadas (Lei nº Lei nº 11.079/2004)	1001
---	--	------

Artigo 181

1	Instituição de centrais de compras.....	1002
---	---	------

Parágrafo único

2	Constituição de consórcios públicos para criação das centrais de compras.....	1003
---	---	------

Artigo 182

1	Atualização dos valores fixados na lei.....	1005
---	---	------

Artigo 183 e Parágrafo 3º

1	Contagem de prazo	1006
---	-------------------------	------

Parágrafo 1º

2 Dia de início da contagem do prazo..... 1006

Parágrafo 2º

3 Prorrogação do prazo..... 1007

Artigo 184

1 Aplicação das regras da Nova Lei aos convênios administrativos e outros ajustes..... 1008

Artigo 185

1 Aplicação das regras do Código Penal às licitações e contratos das Estatais 1009

Artigo 186

1 Aplicação subsidiária..... 1010

Artigo 187

1 Aplicação dos regulamentos da União por estados, municípios e Distrito Federal..... 1011

Artigo 189

1 Aplicação da Lei nº 14.133/2021 às normas que mencionam as leis revogadas..... 1012

Artigo 190

1 Conflito intertemporal 1013

Artigo 191 e Parágrafo 1º

1 Opção de a Administração adotar a Nova Lei ou leis anteriores 1014

Artigo 192

1 Contratos de imóveis do patrimônio da União..... 1015

Artigos 193 e 194

1 Revogação de leis e entrada em vigor da Nova Lei..... 1016

Inciso I

2 Revogação dos artigos 89 a 108 da Lei nº 8.666/1993..... 1016

Inciso II

2 *Vacatio legis* enviesado..... 1016

REFERÊNCIAS..... 1019